

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### Os Princípios da Administração Pública: Eficiência

#### Autor(es)

Felipe De Almeida Campos  
Elias Lourenço De Souza Junior  
Flávia Rodrigues Cantagalli  
Alexandre Fonseca Monteiro De Castor  
Stephanie Janaina De Oliveira Gomes  
Ivone Alves De Sousa Santos

#### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

#### Introdução

Os princípios são a base de todo o ordenamento jurídico e consequentemente do Direito Administrativo. Os princípios visam regular, fundamentar e melhorar a relação entre a Administração Pública e administrados, servindo de garantia para ambos. Os princípios da Administração Pública Brasileira explícitos na Constituição Federal de 1988 são: moralidade, imparcialidade, legalidade, publicidade e eficiência. Existem outros princípios que não estão expressos no texto constitucional, são chamados de princípios implícitos: razoabilidade, proporcionalidade, autotutela, segurança jurídica, dentre outros. Trataremos neste trabalho do princípio da eficiência na Administração Pública, abordando os aspectos jurídicos, doutrinários e suas aplicações na prestação do serviço público a sociedade

#### Objetivo

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral refletir sobre os Princípios da administração pública em especial, Eficiência, frente ao ordenamento jurídico brasileiro. Busca-se ainda, como objetivos específicos, analisar o processo de institucionalização.

#### Material e Métodos

Para o levantamento da presente pesquisa, o levantamento de dados foi realizado tomando por base a análise de artigos científicos e revistas online, partindo para análise da lei, doutrina e jurisprudência. Contudo, pode-se dizer que a referida pesquisa se trata de uma metodologia hermenêutica.

Contudo, vale ressaltar, que para o levantamento de dados, se fez uso de instrumentos de pesquisa foram artigos científicos, bem como, lei, doutrina e jurisprudência, de modo que a base de busca da pesquisa foram o Google acadêmico, Revista Direito e Justiça; Boletim Jurídico, e ainda, Revisão JusBrasil.

#### Resultados e Discussão

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



Eficiência significa agir com racionalidade, o que implica avaliar os custos para satisfazer as necessidades públicas. O princípio da eficiência direciona a atividade administrativa para alcançar os melhores resultados com o menor custo possível. Não se resume apenas a utilizar eficazmente os meios e recursos disponíveis; os agentes públicos também devem adaptar esses meios aos resultados desejados e às necessidades públicas correspondentes. A Administração Pública busca agir de forma eficiente ao aproveitar da melhor maneira possível o que está disponível, tanto em termos de ação instrumental quanto de resultados finais.

### Conclusão

A partir do estudo realizado, algumas conclusões são alcançadas. A primeira é que os princípios que guiam a Administração Pública brasileira não apenas constituem a base do sistema legal do país, mas também devem estar em harmonia entre si. É essencial que nenhum princípio seja negligenciado pelo agente público durante a elaboração e aplicação dos atos administrativos, sob o risco de sua invalidação.

### Referências

Brasil. Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm). Acesso em 08 Abr. 2024.

CARDOZO, José Eduardo Martins. Princípios Constitucionais da Administração Pública. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p.150, 158-159, 166-167, 173.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.